

A crise política brasileira e a crise da esquerda socialista: procurando alternativas ao impasse*

Roberto Amaral**

** Advogado, cientista político e escritor.
Professor da PUC-Rio, ex-ministro da Ciência e
Tecnologia do Brasil.

*“Cento e vinte e cinco anos depois de Lasalle e cem anos depois da
fundação da Segunda Internacional, os Partidos socialistas e traba-
lhistas estão tão perdidos que não sabem para onde ir”.*

Eric Hobsbawm, Estratégias para uma esquerda racional (Texto de 1989)

Introdução

O pressuposto de nossas reflexões é este: com o avanço do neoliberalismo e o recuo da esquerda socialista para posições tradicionais da socialdemocracia, a esquerda também renunciou ao seu projeto histórico, seja o projeto socialista da superação do capitalismo, seja mesmo o projeto socialdemocrata de

* Agradeço a leitura crítica e as sugestões de Ailton Benedito de Sousa, Antonio Carlos Peixoto, Carlos Lessa, Jaime Cardoso, Pedro Amaral, Pedro Celestino e Roberto Dias. A todos esses amigos meus agradecimentos. Por óbvio, os erros persistentes e as opiniões aqui expressas são de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

humanizá-lo, impondo regras ao livre-mercado, pela via da intervenção estatal e do distributivismo.

Do ponto de vista organizacional, cabe registrar a desestruturação dos partidos comunistas da Europa Ocidental após a *débâcle* do Leste europeu, bem como a crise dos Partidos socialistas e trabalhistas e socialdemocratas. O melhor exemplo de falência programática é oferecido pelo Partido Trabalhista inglês e nada melhor poderia ilustrar o transbordamento para a via eleitoral da exaustão ideológica que a derrota do Partido Socialista francês nas eleições presidenciais de maio de 2002. Visto o panorama deste plano, a paisagem da América do Sul, com Chávez, Lula, Kirschner e Vázquez é animadora, e enseja ao nosso país a oportunidade do exercício de uma liderança, a que não está alheia nossa diplomacia.

Entendemos que a crise das organizações de esquerda deriva da crise programática da esquerda socialista. Perdidos os paradigmas que se misturam com os destroços do muro de Berlim, destruída a fantasia do Leste europeu, a esquerda socialista, desamparada, mantém firme os fundamentos da crítica ao capitalismo mas não consegue construir o caminho de uma alternativa objetiva, sonhável no curso de uma geração. Atônica em face do desmoronamento da fantasia do Leste europeu e sem rumo diante da crise do marxismo, sem estratégia, renuncia ao projeto histórico, mas não consegue construir seu substituto e, assim, corre o risco de, sem discurso contemporâneo, perder objetivo: em crise em face da realidade, olha o futuro pelo espelho retrovisor.

A saída pedida pelo impasse é aparentemente simples: retomar as raízes históricas da esquerda e reassumir seu papel transformador do mundo. Mas que papel é este, hoje, se, no governo, conquistado pelo voto, a esquerda descobre que sua missão é o combate *tout court* da inflação, a busca da estabilidade monetária, em síntese, assegurar a tranqüilidade do mercado, livre, onipotente e onisciente? Qual é, portanto, o papel reformador das esquerdas se, no governo, as circunstâncias — ou a correlação de forças, se preferirem — impõem a manutenção das regras do jogo?

Como ser, a esquerda socialista, revolucionariamente contemporânea? Que nova sociedade prometer?

Na crise política brasileira adquire relevo a crise da representação, que se agrava a cada pleito. O alarma, portanto, não vem do sistema democrático, que se consolida, mas de seu modelo representativo. Referimo-nos ao fosso cada vez mais profundo que se cava entre a vontade do cidadão (expressa no voto) e o exercício do mandato pelo seu representante. É a este fenômeno que estamos chamando de crise da representação.

Entendemos que há, igualmente, uma crise do Poder Legislativo, uma das conseqüências da crise da representação e da crise dos Partidos — crise da política, enfim —, da qual os episódios visíveis que cercaram as eleições para renovação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados são apenas um indicador de sua gravidade e uma advertência para o que nos pode estar aguardando na legislatura recém-iniciada.

Relativamente aos Partidos, há duas questões distintas. Primeiro, a falência do sistema de Partidos, e segundo, para além dela, a já referida crise ideológica da esquerda, isto é, a crise do pensamento de esquerda em geral e principalmente a crise do pensamento da esquerda socialista, determinante da crise das organizações de esquerda. Assim, não há por que referir-se à crise isolada desta ou daquela organização do campo tradicional das esquerdas. O que estamos denominando de crise da esquerda, como movimento social-político-revolucionário (para além, portanto, da crise de suas organizações) é, em nossas análises, fenômeno autônomo. A tese recorrente é esta: a esquerda parece haver abandonado o leito natural de sua existência e de seu fazer políticos, sem haver encontrado um novo norte. Não se trata, porém, esse fenômeno, de particularidade nossa. A crise tem evidentes raízes e movimentos internacionais.

Estas, as questões que pretendemos discutir.

Este ensaio que, repitamos, não tem a veleidade de encerrar a verdade toda, não pretende refazer o rol dos acontecimentos, mas analisar (tirando conseqüências) o que de fato ocorreu e propor alternativas ao impasse. Uma delas é a construção coletiva, com a sociedade, de um Projeto Nacional, de bases populares, nacionais e desenvolvimentistas.

Nossas teses

São as seguintes as principais teses que este texto procurará desenvolver, e neste ponto se limita sua contribuição para o debate:

- o impasse brasileiro é este: como construir um governo de centro-esquerda em país no qual as classes dominantes detêm o consenso?
- a esquerda socialista cumpre papel fundamental no apoio ao governo do Presidente Lula; é seu dever histórico fortalecer sua presença na coalizão da base de governo para assim poder influir na condução política, lutando pela hegemonia interna; a esquerda socialista não pode descuidar da necessidade de ampliação de apoio interno e social com vistas a assegurar, na correlação de forças estabelecida, o avanço das correntes mudancistas;
- a batalha que incumbe à esquerda se desenvolve, simultaneamente, dentro do governo e na sociedade civil (da qual, todavia, perigosamente se está desvinculando, ao afastar-se dos movimentos sociais que lhe dão seiva e sentido);
- essa verdadeira ‘guerra de posições’ tem por objetivo a conservação e aprofundamento dos espaços conquistados, no governo e na sociedade; mas seu fim estratégico deve ser a conquista da direção político-ideológica das formações majoritárias da sociedade, sem o que não construirá a hegemonia no governo, nem contribuirá para sua conservação;
- Partido e governo têm funções distintas que não se podem confundir; e o Partido deve estar sempre à esquerda do governo;
- a crise das esquerdas (assim mesmo no plural), não é brasileira, nem nasce com o governo Lula. Sua emergência simplesmente acentua nossa perplexidade em face do desafio constituído pela experiência inédita de governo, a qual coloca para o militante, feito homem de Estado, o dilema entre a paixão política e a razão de Estado.
- E. Hobsbawm refere a uma crise internacional dos Partidos de esquerda já em 1989, certamente tendo como ponto de observação a derrota simbolizada pela queda do muro de Berlim;

entre nós brasileiros, para não retomarmos as raízes de 1935, poderemos indicar como marco de nossa crise o golpe militar de 1964, e as diferentes formas de enfrentá-lo, todas experimentadas por uma esquerda esgarçada ideológica, política e organizacionalmente;

- no quadro de crises, característica da vida das esquerdas brasileiras, a conjuntura revela o desconforto resultante da incapacidade de formular uma teoria que explique e oriente a prática de governo numa realidade ideológica adversa; por consequência dessa dificuldade, a esquerda mostra-se desnorteada, admitindo bandeiras que jamais foram suas, e sem condições de formular uma teoria da ‘co-habitação’;
- nem a coalizão vitoriosa, nem o governo, nem os Partidos de esquerda dentro e fora do governo conseguiram formular do ponto de vista teórico, — daí a crise colocada pela prática —, o projeto de transformação pacífica e democrática da sociedade, isto é, dentro dos marcos da democracia representativa e dos dados do mercado, embora não haja dúvida quanto à opção pelo caminho democrático *lato sensu*;
- o Partido vitorioso nas eleições vê-se na contingência de desenvolver políticas que contradizem seu ideário e os programas adotados desde a fundação, sem condições objetivas de promover uma discussão com suas bases e a partir dessa discussão encetar uma revisão programática, visando a compatibilizar teoria e prática, o que pode levá-lo a afastar-se dos movimentos sociais que lhe deram origem;
- a esquerda não pode, porém, ficar refém desse impasse, sob o pretexto de que qualquer demonstração de independência, ou busca de caminhos próprios e diversos, ajuda à direita; por isso os Partidos de esquerda devem recusar o papel de aliados objetivos e exercer o papel de aliados programáticos; para tal, porém, é preciso abandonar a inação;
- a grave crise dos Partidos de esquerda insere-se numa crise universal dos Partidos em geral, talvez um pouco mais grave no Brasil, onde jamais houve tradição de estruturas partidárias sólidas;

- a representação política está em crise porque os Partidos romperam com seus compromissos com as bases eleitorais e perderam a confiança da militância; mas está em crise, também, porque a mediação do poder econômico, do poder político e dos meios de comunicação, no processo eleitoral, distorce a vontade do eleitor, e o que seria mera representação transforma-se em delegação sem limites;
- a democracia, em si, é um bem inquestionável; mas a democracia representativa, que com ela se confunde, não é sua única e melhor expressão;
- as assembléias, nominalmente eleitas pelo povo, substituem a vontade dos representados pela dos representantes; crescentemente vem sendo anulada a separação de poderes e cada vez mais os Executivos, como no Brasil, exercem a iniciativa legislativa, atuam como poder legiferante (v.g. Medidas Provisórias) e controlam a pauta das atividades do Congresso;
- há uma profunda crise da democracia representativa e dentro dela do mandato eleitoral, em todas as instâncias, o qual, carente de legitimidade, cada vez menos representa a vontade do eleitor;
- a democracia que nós socialistas defendemos é a democracia participativa, em busca de um Estado pluralista e de uma sociedade aberta a projetos associativos; ela compreende, além do *referendum* revocatório e do mandato imperativo, a consulta popular permanente e a organização a mais ampla possível da sociedade civil;
- a reforma política impõe-se como fato objetivo mas não pode ser operada como simples artifício jurídico; os Partidos também precisam ser reformados por dentro;
- as últimas eleições para a renovação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados revelam, para além da desmoralização do sistema de Partidos, a grave crise do Poder Legislativo, para a qual confluíram a crise dos Partidos e a crise da representação; ignorá-la será grave erro;
- a globalização, nada obstante sua assimetria (obviamente decorrente da assimetria da correlação de forças internacional), é

- fato objetivo e, em muitos aspectos — como a tecnologia, as comunicações e a economia —, irreversível; mas isso não se aplica igualmente à ideologia da globalização, chame-se de neoliberalismo, chame-se simplesmente de fundamentalismo de mercado; a globalização, ao contrário do que supunham os analistas apressados, reforça o estado nacional e o nacionalismo, o desenvolvimento nacional e, principalmente, o desenvolvimento cultural, em todos os níveis, mas de especial, reclama o reforço de nossa diversidade e identidade culturais; o reforço cultural, rejeitada a opção pela autarquia reacionária, é alternativa que se coloca à sobrevivência dos povos.

○ governo Lula

O governo liderado pelo Presidente Lula não pode ser entendido como produto da história isolada do PT. Contrariamente, deve ser visto como o resultado da acumulação das lutas sociais, conquista dos trabalhadores, dos socialistas e dos liberais, de todos os democratas. Para a grande vitória de 2002 muito contribuíram batalhas já esquecidas e heróis consumidos pelo processo histórico. Isto quer dizer que o governo de centro-esquerda

não pode ser apropriado nem por uma sigla, nem por um conjunto de Partidos, e que a esquerda é, coletivamente, responsável não apenas pelo resultado eleitoral, etapa vencida, mas, do mesmo modo, pelo caráter do governo. E isso exige partilhar responsabilidades.

Na democracia é fundamental que o cidadão não se sinta fracassado como eleitor. Por isso mesmo, é preciso

Relativamente aos Partidos, há duas questões distintas. Primeiro, a falência do sistema de Partidos, e segundo, para além dela, a já referida crise ideológica da esquerda, isto é, a crise do pensamento de esquerda em geral...

envidar todos os esforços visando a impedir que a vitória eleitoral se transforme em frustração política, afastando de nossas expectativas históricas a emergência de um governo de esquerda, no que apostou majoritariamente o eleitorado brasileiro nas eleições de 2002.

A opção democrática como princípio radical

Se o resultado do pleito reflete o anseio da Nação e consolida as conquistas políticas e os avanços de nossa sociedade, o processo democrático não é produto das elites brasileiras, que jamais titubearam em ferir a Constituição e impor regimes autoritários ou ditaduras francas. Ao contrário, a democracia, com todos os seus percalços, foi uma conquista do povo, nos embates contra as ditaduras, nos cárceres, nas ruas, nos sindicatos, no Congresso, em todos os espaços do movimento social. Desta conquista a sociedade brasileira não pode abrir mão. Com a democracia, sejam quais forem seus condicionantes e suas limitações, crescem as condições de organização dos trabalhadores, dos assalariados em geral, e dos intelectuais. Crescem as condições favoráveis ao debate e à discussão das questões fundamentais do País. Preservar e aprofundar a democracia — sem, porém, jamais conformar-se com seus limites —, é dever da esquerda socialista, como é seu dever preservar e aumentar as liberdades conquistadas no embate social. Mas uma questão se coloca, no mundo, e, entre nós de forma ingente e urgente: será que o processo democrático, assim como o praticamos, é incompatível com a mudança?

A democracia representativa vem assegurando níveis muito baixos de influência popular tanto no processo de tomada de decisão, quanto no de mera consulta, e cada vez menos os interesses da sociedade civil se fazem representar no jogo político, e os Partidos políticos, exclusivamente eleitorais, isto é, limitados ao jogo eleitoral, têm como missão tornar as eleições uma escolha relativamente simples entre um pequeno número de opções que não ensejam alternativas. Nessa engenharia, os “[...]Partidos de esquerda só podem vencer, na melhor das hipóteses, periodicamente, e, quan-

do vencem, a margem para a mudança social e política ampla por meios parlamentares é muito restrita”¹.

Sabidamente, a alternância de Partidos e governos, nas democracias representativas, não tem sido suficiente para assegurar mudanças no controle do poder do Estado. E quando essas se insinuam, ainda quando respeitando o ritual das regras do jogo, a direita não têm titubeado em fraturar a institucionalidade, com vistas a assegurar a incolumidade do *statu quo*, o que, portanto, bloqueia as políticas mudancistas. Se hoje, no Brasil, as classes dominantes detêm o consenso, daí não precisarem de lançar mão da coerção, como ocorreu em épocas passadas, trata-se, porém, de dado conjuntural, ou seja, de característica deste expresso momento histórico.

Se, e este é um pressuposto com o qual trabalhamos, não pode a esquerda socialista acenar, para o povo, mesmo quando ganha eleições, com a perspectiva da revolução socialista (conceito que, aliás, precisa ser revisitado), qual é seu papel, qual é seu programa, qual é sua promessa de dias melhores? Mediante qual projeto de governo e de vida a esquerda pretende atrair a nova classe-média, enfrentar a desproletarização dos trabalhadores cada vez menos utilizados pela indústria, e ainda atrair para suas fileiras os trabalhadores terceirizados, em economia cuja característica é a progressiva substituição das atividades manufatureiras pelos serviços, a difusão e crescimento daquelas atividades econômicas alimentadas pelo conhecimento?

Como falar aos despossuídos, aos não-organizados, aos afastados da produção, o desempregado e o subempregado, os miseráveis que sequer produzem mais-valia para ser explorada? Para essas multidões — vítimas da comercialização da fé, do assistencialismo e do populismo — a esquerda não tem conseguido formular uma proposta.

Mais do que tudo, a esquerda ficou sem discurso, isso foi uma das causas de sua derrota política nas eleições de 2004. Não me refiro, ao tratar dessas eleições, ao desempenho eleitoral das siglas que

¹ HIRST, Paulo. *A democracia representativa e seus limites*. Rio. Jorge Zahar Editor. 1993. p. 14.

tradicionalmente habitam o chamado campo das esquerdas, mas àquele conjunto de idéias e programas que distinguem no Brasil e no mundo o pensamento de esquerda. O qual ficou desamparado. O bloqueio da revolução não pode significar, necessariamente, renúncia estratégica; ao contrário, coloca na ordem do dia a transição dentro do sistema. Dito por outras palavras, se não podemos concordar com a conservação deste Estado e de sua política, ao mesmo tempo em que as condições objetivas não permitem a construção do novo Estado, ser revolucionário, nas circunstâncias, é lutar pelas transformações, pela esquerda, dentro do Estado e do governo, explorando as contradições internas em busca da hegemonia, mas a elas não se cingindo, pois é fundamental trabalhar na base da sociedade, na organização da sociedade civil, junto aos sindicatos e aos intelectuais. Porque a crise política da esquerda brasileira decorre exatamente de sua derrota ideológica. Formular sua estratégia e retomar a luta pela hegemonia é o caminho que lhe resta. Recusado o determinismo histórico fundamentalista, aos socialistas se impõe a ação, o agir permanentemente, a intervenção ativa na realidade, sem jamais perder de vista que a contradição fundamental é com o capitalismo. O fato de a esquerda socialista ser chamada a administrar ainda no regime capitalista não anula a contradição essencial.

A agenda do sistema

A alternância partidária não significa alterações programáticas, e, eleição após eleição, nada obstante a troca de siglas, permanece em todos os planos a mesma orientação de governo, o predomínio da mesma ordem de interesses, das classes dirigentes, a mesma voz, o mesmo discurso, dominante, sem interrupção, continuamente, permanentemente, fazendo do governante presa fácil e inerte de um roteiro previamente escrito pelos donos do poder. A tal ‘prisão’ se referiu o então candidato Lula no depoimento que prestou a ‘Entreatos’, o documentário de João Moreira Salles sobre a campanha de 2002, ao referir-se à agenda institucionalizada “em que

as regras já estão definidas, e você (o eventual Presidente) só vai ter que cumprir aquele ritual”. Em entrevista a Cristovam Buarque, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, comentando o acesso da esquerda à Presidência, e a impossibilidade de realizar seu programa, observa: “Você chega lá [na Presidência], como o Lula está lá hoje, com toda sua formação política e não tem como pôr em prática [o programa da esquerda]. Porque o mundo é outro. O mundo é outro, não é? Mudou muito, profundamente”².

Referindo-se a antigo diálogo com o deputado Ibsen Pinheiro, então presidente da Câmara dos Deputados, o jornalista Franklin Martins observa que “os políticos não fazem exatamente aquilo que publicamente dizem que farão — às vezes com sinceridade, honestamente —, mas sim, aquilo que o jogo político da sociedade, o amadurecimento da sociedade, o conflito entre os diferentes interesses da sociedade permitem que seja feito”. Escreve ele: “Há muito tempo, logo depois da queda do Presidente Fernando Collor, o deputado Ibsen Pinheiro — à época ele era presidente da Câmara dos Deputados, depois foi cassado naquela leva do escândalo dos anões do orçamento, um político brilhantíssimo e um grande analista político — disse, durante um almoço com jornalistas, algo que me pareceu surpreendente: embora Collor tenha sofrido um *impeachment*, sua agenda continua na mesa e terá de ser cumprida pelo próximo governo, seja ele qual for. E acrescentou: ‘a política é uma coisa curiosa; às vezes quem realiza o programa não é o Partido que o propôs, mas um Partido adversário — ou seja, às vezes os fatos e a dinâmica da política têm uma força tal que se impõe a todos os Partidos’”. Conclui, escrevendo em dezembro de 2002: “Pessoalmente, estou convencido de que o governo Lula, se for bem-sucedido, fará aquilo que o governo Fernando Henrique gostaria de ter feito e não fez: um governo socialdemocrata. Quando falo isso, não o faço para diminuir a importância do que Lula poderá ou não fazer, até porque, se tivermos um governo socialdemocrata

² In *Comunicação & política*, vol. 23 n.1/2005.

sério durante quatro anos, o país poderá passar por transformações importantíssimas”.³

Silviano Santiago refere-se a um “círculo vicioso conservador” e afirma que “Um dos ônus da esquerda desde a queda do Muro de Berlim é o de fazer na prática o trabalho sujo que a direita hegemônica (no caso o neoliberalismo) gostaria de fazer e não o teria conseguido por falta de apoio popular”. Sua tese é exemplificada com o governo socialista de François Mitterrand, que, segundo Silvano, “foi levado a tomar atitudes e a fazer as reformas impopulares que a direita no poder não teria conseguido. Só a esquerda teria o apoio para justificar tais atitudes e fazer as reformas”⁴.

É a real ditadura do discurso único embutida na pluralidade ideológica sugerida pela democracia formal.

Volta-se, por estas artes, discussão de tema muito caro às esquerdas de anos passados: é esta democracia caminho para a chegada ao poder, entendida como tal a possibilidade de a esquerda, no governo, poder realizar seu programa?

Ou podemos reduzir o imbróglio à afirmação de que simplesmente o ‘mundo mudou’?

Coloca-se, a propósito, questão fundamental da política: a correlação de forças. O mesmo eleitorado que deu vitória à aliança de centro-esquerda, no Brasil, não lhe ofereceu maioria no Congresso, condenando a nova ordem a negociar tanto com as forças progressistas quanto com as forças conservadoras e partidárias do *statu quo*. Também não há correspondência entre a representação eleitoral dessa nova ordem e o poder econômico e seu irmão siamês, o sistema de comunicação de massas, com o qual teve, igualmente de negociar. Negociações que também tiveram de ser levadas a cabo com o capital financeiro internacional, durante a campanha, e no governo. O quadro internacional, a globalização e a nova geopolítica da guerra, as contingências do mercado financeiro internacio-

³ MARTINS, Franklin. ‘Governo Lula: coalizões políticas e urgências sociais’. Dez. 2002. O texto integral do artigo de Franklin Martins pode ser lido em www.redeglobo.com.br/franklinmartins

⁴ Em entrevista a Rachel Berthol, caderno Prosa & Verso. *O Globo*, 12.2.2005.

nal, as políticas ditadas pelo FMI e as pressões decorrentes da dívida externa são fenômenos objetivos.

É neste contexto que se deve ler a *Carta ao Povo Brasileiro*.

A crise dos Partidos

Partidos sem vida orgânica, programas escritos para não serem lidos, se lidos para não serem executados, Partidos sem disciplina, amontoados de interesses, confederações de capitânias, indiferenciados, no discurso e na prática. Eis a lamentável descrição do sistema brasileiro de Partidos.

As siglas, confundidas em estúpida mesmice, não disputam o discurso, e se apresentam como alternativas sabendo que não serão alternativa, ao chegar ao governo; travam pura e simplesmente a briga pelo micropoder, ao qual se amoldam como o líquido que se adapta ao seu invólucro.

Como se caminhássemos para aquela ‘racionalidade’ das grandes nações européias, em que todos os riscos estão eliminados, e nas quais a ausência de sobressaltos é a fiadora do processo democrático. Nelas, a política partidário-eleitoral já é percebida como algo irrelevante, sem significado ou influência na vida das pessoas⁵.

A desmoralização do voto como instrumento de mudança e progresso, a convicção de sua incapacidade de promover mudanças ou mesmo ditar o conteúdo de mandatos, ensejam, no curto prazo, o aventureirismo e as mais deletérias formas de corrupção eleitoral, e, no médio prazo, afastam a cidadania da defesa do processo democrático.

Nesses momentos de crise casam-se a desesperança da maioria da população, convencida da desvalia de seu voto, e o niilismo das camadas médias da sociedade, simplesmente envolvidas e dedicadas à sua revolução pessoal. A ausência de perspectivas de mudança, o fim da esperança em câmbios sociais, leva ao conformismo da po-

⁵ As últimas eleições holandesas atraíram menos eleitores que a escolha do ganhador do Big Brother, naquele país.

pulação e ao cinismo das classes dominantes, e ao invés de *mudar a vida*, a utopia da classe média passa a ser *mudar de vida*. Impõe-se a estratégia da sobrevivência de curto prazo. Depois da decepção em face da impotência do voto, a política torna-se presa de minorias, e passa a ser percebida como algo irrelevante para a vida dos cidadãos e para os destinos da sociedade.

Se todos os partidos são iguais, desmoralizadamente iguais, e acusados das mesmas práticas (donde a imagem de incoerência e contradição construída junto à opinião pública), o eleitor não tem por que votar em programas. Opta, simplesmente, por líderes burocráticos ou messiânicos ou carismáticos, ou aceita, desesperançado, o comércio do voto ou o apelo da fé e da exploração da fé, cega, muitas vezes comercializada, porque a fé parece ser a tábua de salvação para quem perdeu quase tudo, principalmente a esperança de construção de um novo mundo, que agora, se revela remoto ou perdido.

E para esses sobreexplorados a esquerda permanece sem discurso. A renúncia a parâmetros ideológicos, a inexistência de divisores d'água, a perda de referências, pela esquerda, ensejam a promiscuidade de contrários no mesmo bloco, donde coligações esdrúxulas na disputa eleitoral e no exercício dos mandatos, sejam executivos sejam parlamentares, na realização de alianças demasiado amplas contemplando forças (e lideranças) incompatíveis com a mudança. Característica da política brasileira, aceita pelas esquerdas, é a impossibilidade das identificações: não se sabe mais o que é o quê e quem é quem.

A inexistência de diferenciações políticas e ideológicas é convite às opções assistencialistas, fisiológicas ou messiânicas, todas alienadoras do voto e, portanto, inimigas do povo, sobre o qual se assenta a democracia representativa, e inimigas do sistema de Partidos, que é um dos seus elementos instrumentais essenciais.

Nesse cenário, construído pela política, soa ridículo e falso o discurso de políticos e teóricos lamentando os chamados 'desvios' do eleitorado, que, desesperançado e desestimulado, frustrado, resolve ele também esquecer a política, para transformar o processo eleitoral, aquele raro momento em que pode exercer a cidadania e

ter valor e voz, num ato de resolução de questões imediatas de seu cotidiano. O fisiologismo desbragado, a negociação do voto, e a entrada em cena de novos e antigos ‘cabos eleitorais’, como o serviço social do parlamentar financiado com recursos públicos, a ambulância do gabinete do parlamentar, a telha, o saco de cimento, a dentadura e a cadeira de rodas, são o outro lado da decadência da política, operada pelos políticos, e tolerada por Partidos transformados cada vez mais em instituições de pessoas, associação de negócios e cada vez menos em expressão de projetos político-programáticos. O jogo do poder pelo poder, graças ao qual o poder se transforma em fim em si mesmo, e não em instrumento de realização de um programa. O custo excessivo das campanhas, a compra direta e indireta do voto, a fragilização dos Partidos, a despolitização das campanhas e, por conseqüência, do eleitorado, estão destruindo a vida política e desmoralizando a via parlamentar, segundo tempo da desmoralização das eleições proporcionais, exatamente elas relegadas a plano secundário pelas elites dirigentes e, por conseqüência, pela grande imprensa. Como se apresentarem agora, políticos e principalmente comentaristas políticos, surpreendidos ou aparentemente preocupados com a escancarada crise do Poder Legislativo, em todas as suas instâncias?

Nos mais diversos países, nos quais a democracia formal vem se constituindo em instrumento impeditivo de mudança, isto é, servindo à conservação do poder pelas classes dominantes nada obstante o respeito às prescrições da democracia representativa, essa manutenção do poder nas mesmas mãos (ou, mudando de mãos, sem mudar a representação de interesses) decorre de expedientes jurídico-legais-eleitorais, como o voto distrital e o bipartida-

A democracia representativa vem assegurando níveis muito baixos de influência popular tanto no processo de tomada de decisão, quanto no de mera consulta, e cada vez menos os interesses da sociedade civil se fazem representar no jogo político...

rismo, que reinam em toda a Europa e nos Estados Unidos, um sistema eleitoral concebido para transformar minorias em maiorias permanentes. É preciso considerar — sem formular uma necessária relação de causalidade, pois há outros fatores intervenientes — o esfacelamento, na Europa, dos Partidos trabalhistas, socialistas e de esquerda, os quais, mesmo transitando para a socialdemocracia (ou por causa disso), perderam substância eleitoral e presença política. É o caso, dentre outros, dos Partidos socialistas e comunistas franceses e italianos. Outros simplesmente se descaracterizaram no poder, de que é exemplo a tragédia do trabalhismo inglês, transitando de Clement Attlee para Tony Blair, deixando em muitos a dúvida sobre o que é pior para a Inglaterra e o mundo, se o conservadorismo de Margareth Thatcher ou esse novo trabalhismo no poder. Na América do Sul, onde quer que tenha reinado, o bipartidarismo — na verdade um sistema de Partido único operado por duas sublegendas — determinou dezenas e dezenas de anos de domínio oligárquico e antipopular. É a história da Colômbia, é a história da Venezuela até Chávez, é a história do Uruguai até Tabaré Vázquez, cuja eleição interrompeu a ditadura do bipartidarismo, mediante a qual *colorados* e *blancos*, versões da mesma elite, se revezaram desde há mais de meio século na Presidência.

Se, para a esquerda, a democracia representativa não tem significado espaço para realização de mudanças, a preocupação da direita é mesmo que ela não enseje mudanças, por mínimas que sejam. Ainda que mínimas, podem justificar a ruptura da institucionalidade democrática. Assim, depois de atingido por um golpe-de-Estado fracassado, levado a cabo pelas forças políticas auto-intituladas de liberais e democráticas, o chavismo, que nada tem de socialista ou de revolucionário, vem sendo exorcizado pela grande imprensa. Suas teses mais avançadas, afóra o nacionalismo, são o distributivismo e a participação, objetivos clássicos da socialdemocracia.

Os fundamentalistas do mercado, que se atribuem o direito de fazer a guerra em nome da democracia, passam a temer o processo eleitoral, quando esse pode ensejar mudanças. Em reportagem de *Valor Econômico* (“Concentração de eleições na AL preocupa”), Cristiane Perini Lucchesi revela que “a forte concentração de elei-

ções presidenciais em países da América Latina de dezembro deste ano a outubro de 2006 deve trazer volatilidade extra aos mercados emergentes”. Depois de comentar os ‘riscos’, para o Peru, representados pela eventual eleição de Alan Garcia, líder da oposição ao presidente Alejandro Toledo, a reportagem observa que “No México, uma fuga de capitais semelhante à vivida pelo Brasil em 2002 pode acontecer caso o prefeito da Cidade do México, Andrés Manuel Lopez Obrador, do Partido Democrático Revolucionário, continue a despontar como o preferido nas pesquisas de opinião pública, em oposição ao governo impopular de Vicente Fox, do Partido de Ação Nacional. Visto como populista e ameaçando criar atritos com o governo americano, Obrador desagrada de tal forma a elite mexicana que há boatos no mercado financeiro de que ele pode até mesmo vir a ser assassinado caso se aproxime demais da vitória”⁶.

A esquerda

“Na década de 1880, o socialismo proclamava-se o representante de um futuro melhor, que poderia com certeza ser desfrutado dentro de um século. Oferecia um mundo novo, que não somente poria fim ao obsoleto sistema capitalista e a seus males, mas asseguraria abundância, igualdade e liberdade para toda a humanidade. Se Marx ou Morris pudessem voltar à vida e contemplar o mundo 100 anos depois, certamente ficariam arrepiados ao ver os intelectuais modernos propondo Adam Smith e o livre-mercado como soluções para os males do socialismo autoritário e do coletivismo burocrático. Os socialistas vivos não estão menos abalados com o fato de que o futuro lhes está sendo escancaradamente roubado, de que a direita do livre-mercado apossou-se de uma das figuras de retórica centrais do socialismo. Agora é o socialismo que é apresentado como uma idéia cujo tempo passou”.

Paul Hirst, A democracia representativa e seus limites, p. 95

⁶ Edição de 24.1.2005.

Há, e não se trata de particularidade brasileira, uma profunda crise do pensamento e da política de esquerda. Nossos dias são caracterizados pela crise da idéia de revolução e o avanço do projeto neoliberal. Romper com isso seria revolucionário? De outra parte, se governo algum de esquerda contemporâneo pode ignorar o mercado, como diferenciarem-se, nossos governos, dos governos conservadores, aceitando ambos e na mesma medida a mesma ortodoxia fiscal e monetária? A globalização é processo embutido no desenvolvimento do capitalismo, que encontrou no colapso do Leste-europeu seu ponto de aceleração, com todas as resultantes políticas, político-estratégicas, econômicas e militares. Mas sobretudo a crise político-ideológica, nela implícita a crise do marxismo e a desmobilização dos Partidos comunistas ocidentais. Mas, se a globalização é, no fundamental, um fato objetivo irreversível, o mesmo, no entanto, não se dá com a ideologia baseada na globalização, o neoliberalismo, ou a religião do livre mercado. É possível enfrentá-la.

Mas o fim do pensamento de esquerda determinou o fim da ação de esquerda.

Olhando para o panorama político brasileiro, perguntamos: Que é, hoje, ser socialista? O que nos difere

Partidos sem vida orgânica, programas escritos para não serem lidos, se lidos para não serem executados. Partidos sem disciplina, amontoados de interesses, confederações de capitânicas, indiferenciados, no discurso e na prática. Eis a lamentável descrição do sistema brasileiro de Partidos.

ferencia, por exemplo, da socialdemocracia? Construir esse diferencial, e exercê-lo no dia-a-dia da política, este o desafio. É a nova esfinge que nos devorará se não soubermos decifrá-la. A crise da esquerda brasileira não deriva da eleição de Lula, nem da trágica descoberta da impossibilidade de realização, no governo, em qualquer go-

verno, de seu programa/ideário. Já antes a esquerda socialista havia renunciado aos seus fins revolucionários, entendidos simplesmente como a transformação estrutural da sociedade e a quebra do monopólio das classes dirigentes. Ao transitar majoritariamente para a socialdemocracia, a esquerda socialista explicitamente reconheceu a impossibilidade de mudanças estruturais, e passou tão-só a discutir formas mais ou menos eficientes de administrar o passivo social herdado.

À esquerda socialista, só resta uma alternativa: volver à esquerda e recuperar as teses socialistas, sem perder de vista que, se está condenada a administrar o país (nos mais diversos níveis) ainda no atual regime, não pode abdicar de seu destino histórico, estratégico, a saber, o enfrentamento do capitalismo.

Para tanto, cumpre à esquerda formular suas teses. Fundamentalmente suas proposições. Explicitar táticas e estratégicas. Indicar o objetivo a ser perseguido — o que fazer no poder identificando as tarefas do curto, do médio e do longo prazos —, mas igualmente indicar o caminho a ser percorrido e as lutas a serem travadas, para alcançar seus objetivos. Ou seja, o tático — determinado pelas circunstâncias históricas — não pode subsumir o estratégico.

A análise crítica ao capitalismo e à socialdemocracia já foi feita e está pronta. As massas não precisam mais de diagnóstico. O que a política cobra da esquerda brasileira — das esquerdas em geral, mas da esquerda socialista em particular — é a formulação de soluções factíveis, realizáveis no médio prazo. A esquerda socialista é chamada a dizer qual é o seu programa para a sociedade de hoje.

É preciso superar o medo e a crítica para construir a esperança. No caso brasileiro de nossos dias não se trata tão-só de discutir se esse ou qualquer outro desenvolvimento é sustentável ou não, mas de perguntar a quem o desenvolvimento beneficia, perguntar se a riqueza por ele produzida está sendo distribuída, se o país, mais rico, tem menos pobres, se os pobres têm mais oportunidades e se todos têm acesso à cidadania.

Cumpre à esquerda formular sua proposta alternativa ao modelo neoliberal, e à esquerda socialista cumpre apresentar seu programa alternativo ao programa da socialdemocracia.

Cumpra à esquerda, assumindo o papel rejeitado pelas elites brasileiras, forâneas, antinacionais, liderar a construção de um Projeto Nacional, mobilizador da sociedade e das grandes massas, assumindo que o fato Globalização aponta para um mundo organizado por entes nacionais autônomos.

É fundamental eleger nossa prioridade.

Cumpra à esquerda socialista construir, com os dados oferecidos pela realidade objetiva, a estratégia de transformação estrutural da sociedade brasileira.

○ projeto nacional-desenvolvimentista

O Projeto Nacional, por si, desencadeia a geração de sinergias indispensáveis para sua própria execução, além de constituir-se em fator de unificação da sociedade, a partir da eleição dos interesses nacionais, de que nossa diplomacia é uma projeção. O Projeto Nacional é, igualmente, instrumento de mobilização da vontade nacional, para além dos projetos de segmentos sociais e grupos econômicos. É, ainda, fator explicitador das potencialidades nacionais. Quando se fala, porém, em Projeto Nacional, estamos nos referindo a algo além, muito além, de mero programa de governo. Trata-se, quase, de um Pacto — supra partidário — que encerre o projeto de nação e país que desejamos construir.

Seu objetivo é o homem brasileiro, visto como uma totalidade, como a nossa civilização; trata-se, portanto, de opção política e não econômica. Busca indicadores de qualidade de vida e de felicidade, a convivibilidade que se antepõem aos guetos sociais alimentados pelo acirramento das diferenças de classe, pela concentração de renda e pela exclusão dela decorrente. O desenvolvimento do país, instrumento de realização do Projeto Nacional, é balizado pela emancipação e pela busca da igualdade, seja de todos os nossos povos, seja entre cidadãos, seja entre homens e mulheres, seja entre as regiões.

Vencido o pleito ortodoxo do controle dos meios de produção, e perdidas as ilusões quanto à tática de fazer a revolução pela via do

Estado, abandonada pelos antigos trabalhistas ingleses, a esquerda socialista é chamada a dizer qual é o seu programa para a sociedade de hoje. O que fazer no imediato, que só se conhece se se conhecem os objetivos de médio e longo prazos. Trata-se de saber se ele caminha na direção da emancipação nacional, ou, se, contrário senso, aprofunda nossa vulnerabilidade internacional. Trata-se de saber se ele favorece a distribuição de riqueza ou se, como nos perversos anos 70, promove a concentração de renda.

O Projeto Nacional que pensamos para o Brasil deve responder de imediato a questões como: que futuro oferecemos à nossa juventude? Que carinho podemos oferecer aos nossos idosos? Não se trata, apenas, no que diz respeito aos jovens, do futuro pessoal, no horizonte possível do desemprego. Mas do futuro do país. Depois de 1964 e da ditadura militar, depois do fracasso da Nova República e da recorrente vitória do neoliberalismo, após o autoritarismo e a exclusão, com que projeto de Nação acenamos para a juventude brasileira, vivendo a trágica sensação de que não há mais futuro para as atuais gerações?

Sem perspectiva de futuro não há Nação.

Vencida a questão da governabilidade, o projeto que a esquerda socialista brasileira deve perseguir precisa atender a três elementos fundamentais:

1. A questão nacional;
2. A questão popular; e
3. O desenvolvimentismo.

O princípio deve ser a emancipação nacional.

A globalização, e a saga privatista/desnacionalizante dos regimes neoliberais dos dois Fernandos, reatualizam a questão nacional. Ela é aguda. A globalização é fato objetivo, agravado pelo papel desempenhado pelos Estados Unidos, como unipotência econômica, política, cultural e militar. Não se trata, portanto, de enfrentar moinhos de vento. Ao contrário do que afirmam os pregoeiros do liberalismo arcaico, a globalização, que veio para ficar, exige o fortalecimento dos Estados e, neles, de suas instituições, de sua cultura, e de sua economia. Mas, se nenhum país é uma autarquia,

nenhum Estado pode enfrentar isoladamente o quadro político-econômico atual. Daí a política de formação de blocos e uniões de países e nenhuma é mais vitoriosa do que a União Européia. Se esse caminho se afigurou, há cerca de 50 anos, como o mais conveniente para países economicamente desenvolvidos, mais se aplica essa alternativa aos países em desenvolvimento, ou emergentes. Daí o acerto da política brasileira, que precisa ser reforçada, seja nas restrições à ALCA, que implicaria uma segunda e definitiva colonização, seja no esforço por salvar o MERCOSUL, seja já agora por uma aproximação maior com os demais países da América do Sul, semente, quem sabe, de uma futura comunidade de países. A globalização também exige daqueles países que não renunciaram à autonomia, que pretendem preservar sua independência e perseguir seus direitos, a criação de alternativas, seja de comércio e relações econômicas, seja de relações políticas e culturais. A aproximação do Brasil com outros países em posição estratégica similar — como, por exemplo, China, Índia, Rússia, Coréia do Sul e África do Sul —, é, portanto, fundamental. Igualmente fundamental, pelos mesmos motivos, é perserverarmos na luta pelo aperfeiçoamento do sistema multilateral, ONU à frente, e pelo aprofundamento das relações bilaterais. O multilateralismo não é apenas uma esperança a ser perseguida e alimentada permanentemente pela nossa diplomacia, mas *conditio sine qua non* da convivência internacional como limitador do império da lei do mais forte, da nova barbárie. Em muitos setores da economia, principalmente nas atividades que exigem emprego de tecnologia de alto valor agregado, o Brasil vem perdendo espaço em face de outros países, notadamente diante da Coréia do Sul e da China. Se não houver um esforço concentrado visando ao desenvolvimento nacional, perderemos, também, nossas condições de aliança com os países emergentes. O desenvolvimento, também deste ponto de vista, é imperativo de sobrevivência. Essa estratégia, todavia, em si correta, pode, no entanto, cair no vazio, se não se fizer acompanhar, no plano interno, de extraordinário esforço de desenvolvimento nacional, que compreenda, como metas, a emancipação econômica e a justiça social, enfrentando uma das mais graves mazelas de nosso modelo de desenvolvimento

econômico: a fabricação, em meio à riqueza concentrada, de multidões de pobres e párias, deserdados da história, da cidadania. Os milhões de miseráveis de nossos países são contundente denúncia da iniquidade do modelo neoliberal de desenvolvimento capitalista, fundado na concentração de renda e riqueza. A miséria, que seria debelada pelo crescimento, só faz crescer. A única mudança foi que a miséria do campo — agravada pela resistência das elites, ainda em pleno terceiro milênio!, em realizar a reforma agrária — veio somar-se à miséria das cidades degradando a vida urbana e construindo a violência depois de haver construído o caos social e urbanístico.

O Projeto Nacional é, igualmente, uma questão de soberania. Esse desenvolvimento exige que o país diminua sua vulnerabilidade externa e sua dependência com as exportações, particularmente quando essas exportações são dominadas ora por matérias-primas (grãos e minérios), ora por produtos com baixo valor tecnológico agregado. Contra esta realidade o País deve investir prioritariamente na construção de um mercado interno que torne sustentável nossa opção de desenvolvimento. Este projeto exige o crescimento do PIB, por largo período, de forma sistemática, a taxas anuais nunca inferiores a 6%. Mas não há possibilidade de crescimento e de criação de mercado interno auto-sustentável sem uma prévia política, agressiva, de distribuição de renda e geração de emprego.

Trata-se, tão simplesmente, de retomar os ideais republicanos que na política começam pela desprivatização do público, no que, por sinal, o atual governo tem dado avanços significativos. Esses ideais serão realizados com a universalização dos serviços de saúde, com a universalização da educação de qualidade, com o saneamento básico, com o investimento em transporte público e com investimentos em habitação. Esses investimentos geram emprego, ativam o mercado interno e não acentuam a vulnerabilidade externa.

Não há soluções pré-fabricadas. O Brasil, com o engenho de seu povo, haverá de construir seu próprio caminho. Trata-se de um grande país — um grande território, uma grande população, uma extraordinária unidade nacional, um dos mais importantes parques industriais do mundo —, cujo desenvolvimento, todavia, vem conhecendo uma larga história de autoritarismo e exclusão das mas-

sas. É um país urbano, menos pelo desenvolvimento industrial, mais pela expulsão, do campo, das grandes massas dos sem-terra: cerca de 40% de sua população vivem em áreas metropolitanas; 80% em áreas urbanas.

O Projeto Nacional indicará a via brasileira do desenvolvimento. Após pelo menos duas décadas ‘perdidas’, só a partir de 2004 o País voltou a conhecer índices, ainda que tímidos, de crescimento econômico. Mesmo assim índices incompatíveis com as necessidades de sua população e bastante inferiores aos de outros países emergentes, como a China (9,5%), a Coréia do Sul (7,8%), Rússia (7,3%) e, em nosso continente, a Venezuela (9,4%) e a Argentina (8,8%)⁷.

Qualquer projeto de desenvolvimento deverá ter como um de seus pressupostos o equilíbrio regional e a equalização do desenvolvimento econômico e social.

Sem restaurar a ilusão estatista, é preciso reconhecer que, no Brasil, o Estado tem, historicamente, relevante papel como agente de desenvolvimento, presidindo seu caráter político e sua finalidade ética, orientando-o para o bem-estar geral e a unidade nacional, o que não se pode esperar do livre-mercado.

Esse desenvolvimento deve compreender:

- a reforma agrária que redistribua a terra e assegure assistência técnica e financiamento ao pequeno proprietário e ao assentado, superando no campo práticas de relações econômicas e sociais pré-capitalistas, e eliminando a humilhação do trabalho escravo;
- construir uma rede hierarquizada de cidades e lugares, permitindo o fortalecimento das economias locais e sua interação em um sistema nacional que contemple toda a variedade de protagonistas (pequenas e microempresas, cooperativas, arranjos locais etc.);
- a reforma tributária como instrumento de distribuição de renda;
- dar qualidade à escola pública em todos os níveis como célula preferencial de ensino e pesquisa (e, portanto, de aplicação dos recursos públicos);

⁷ Dados do Banco Mundial. Cf. *Newsyaho*.

- assegurar o direito à vida, que compreende direito à saúde, ao saneamento, à habitação, ao transporte urbano, à educação, ao trabalho, e ao lazer;
- o fortalecimento do capital produtivo nacional;
- o desenvolvimento científico e tecnológico sem condicionantes e acessível a todas as regiões do país e a todos os brasileiros;
- o desenvolvimento do programa nuclear;
- a recuperação do programa espacial (também fundamental para o sistema de comunicações);
- a modernização de nossas forças armadas;
- a restauração federativa com a recuperação da autonomia de Estados e Municípios, mas, principalmente, com a superação, pelo conjunto do país, dos clamorosos desníveis regionais (abrigoando 42,7% da população brasileira, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste respondem por apenas 26% do PIB nacional), que esgarçam a Federação e ameaçam a unidade nacional;
- a integração nacional da Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste só se operará mediante o desenvolvimento científico e tecnológico, e, relativamente ao semi-árido, a transposição das águas do São Francisco pode ser o veículo de redenção de 12 milhões de brasileiros.

Nenhuma reforma, porém, nem a reforma social que será fiadora da democracia, nem a reforma econômica, será possível senão como fruto de um grande acordo nacional do qual participem majoritariamente as forças sociais e políticas e as correntes de pensamento e instituições como as Igrejas, e não apenas, como tem sido ao longo de nossa história, aqueles segmentos das classes dirigentes sem qualquer compromisso com o País.

Por isso, cumpre à esquerda brasileira a defesa, como plataforma política sua, de um Projeto Nacional popular.

Ansiamos por um Projeto Nacional que nasça das bases sociais, para cuja construção é dever do governo democrático mobilizar a sociedade, sem dirigi-la. Esse Projeto Nacional selará o compromisso de nosso povo com o desenvolvimento e o crescimento, a

emancipação nacional, a distribuição de renda e a conseqüente elevação do padrão de vida de nossas populações.

Alguns valores parecem consagrados pela nacionalidade e devem constituir-se em referência para esse Projeto Nacional. Assim entendemos a opção pela democracia, a comunidade federativa e a emancipação nacional, a unidade nacional — não só territorial, mas igualmente lingüística e cultural — como fator de superação de diferenciações étnicas e regionais; a opção pela paz, pelo diálogo como instrumento de solução de conflitos, a fraternidade entre irmãos e a amizade com nossos vizinhos. São esses alguns dos valores que distinguem a nacionalidade brasileira.

A reforma política

A persistir o descaso com que é tratada a questão da reforma política, chegaremos a um ponto em que a própria democracia será desacreditada. E isso só interessa à direita. Urge, pois, que articulemos o pensamento progressista para que essa reforma seja levada a cabo em 2005 para poder entrar em vigor já nas eleições de 2006, e que seu conteúdo assegure a legitimidade do voto, o fundamento de qualquer democracia.

Trata-se aqui de tomar posição em relação a algumas das questões em debate:

1. O financiamento público das campanhas eleitorais é medida essencial para limitar a influência do poder econômico. Mas sua implantação precisa assegurar toda transparência possível, controle social e defesa contra a fraude. Exige rigor para evitar que os dois sistemas funcionem simultaneamente. Há que se levar em conta o papel da Justiça Eleitoral, inovação brasileira introduzida nos anos 30, que vem assumindo importância crescente na coibição de abusos. Trata-se, porém, de Justiça ainda lenta, e perigosamente sensível às pressões do poder político.
2. Fim da verticalização, abuso legiferante do TSE imposto de forma casuística às eleições de 2002, e que não pode prosperar, em face da realidade federativa nacional.

3. Rigorosas regras de fidelidade partidária que impeçam a troca de Partidos em uma mesma legislatura. Em apenas dois anos da atual legislatura, isto é, até dezembro de 2004, nada menos de 133 deputados federais haviam mudado de Partido 166 vezes; 30 parlamentares trocaram de Partido mais de uma vez; durante o vergonhoso processo de eleição da última Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ou seja, em cerca de 15 dias, nada menos de 36 deputados mudaram de Partido, alguns, mais de uma vez! É imperioso, entre outras medidas, além daquelas que dizem respeito ao âmbito restrito dos próprios Partidos, a imposição de quarentena eleitoral (de pelo menos uma eleição ou legislatura), àquele que abandonar a legenda pela qual se elegeu, inclusive quando se tratar de cargo majoritário.
4. É preciso aperfeiçoar o instituto da reeleição (que continuamos entendendo como desapartado da tradição republicana brasileira), impondo, por exemplo, ao titular de cargo majoritário candidato à reeleição o afastamento de suas funções durante pelo menos os três últimos meses anteriores ao pleito.
5. Implantação das listas fechadas — o eleitor, nas eleições parlamentares, deixa de votar em candidato, para votar em Partido, e cada Partido apresenta sua lista de candidatos, na ordem que será respeitada na indicação dos eleitos, de acordo com o número de votos obtidos pela legenda. Essa medida fortalece os Partidos, pode diminuir a ação do poder econômico e deve impor a fidelidade partidária, intolerável na ditadura, pois não havia liberdade de organização partidária, absolutamente necessária na democracia, para coibir o estelionato eleitoral. Se é fora de dúvida que o sistema de listas fortalece os Partidos, parece evidente que este fortalecimento não deve ser o objetivo decisivo de sua implantação, pois o natural é exatamente o contrário, a saber, que o sistema de listas seja a consequência do fortalecimento dos Partidos, e neles, da democracia interna, numa paisagem atualmente dominada pelo caciquismo.

6. Fortalecimento do pluripartidarismo e do voto proporcional. A restrição à proporcionalidade, anunciada pelo voto distrital, que facilita a corrupção e o controle eleitoral pelo poder hegemônico, é perniciosa para o voto progressista, pois facilita a aplicação de recursos em candidatos em distritos, além de anular a manifestação multifacetada dos interesses da sociedade, assegurando a ditadura do discurso único. No nosso entender, a valorização dos Partidos conduzirá naturalmente à melhoria da seleção dos candidatos, comprometendo-os com programas e não com interesses menores. Mas, repitamos, a valorização dos Partidos jamais decorrerá de medidas legislativas. Depende da identidade desses Partidos com o processo social, e será impossível construir um sistema de Partidos forte relevando a plano secundário a mobilização da sociedade;
7. Entendemos, porém, que nenhuma solução poderá esquecer o mandato imperativo, que conciliará o exercício do mandato eleitoral com a vontade do representado. A democracia deverá perseguir formas mais participativas, como, por exemplo, o *referendum* confirmatório ou revocatório de mandato, que complementarará o mandato imperativo e salvará a representação. De outra parte, a democracia mais se aproximará dos cidadãos ao facilitar a propositura e tramitação de projetos derivados da iniciativa popular e ao adotar a consulta plebiscitária como condição para a vigência de qualquer emenda constitucional. E é fundamental a revogação do poder de editar medidas provisórias, pelo Executivo, excrescência parlamentarista em corpo presidencialista, que rouba do Legislativo, em proveito do Executivo, função constitucional privativa e exemplar, qual seja a de legislar.

A consolidação do processo democrático está a depender de sua legitimação, e esta só será possível com o estímulo à participação popular permanente.

A alternativa para o país é a unificação de todas as suas forças em torno de um Projeto Nacional com vistas ao desenvolvimento econômico e à felicidade de sua gente.

Este o desafio ao qual a esquerda socialista terá de responder. ■

A crise política brasileira e a crise da esquerda socialista: procurando alternativas ao impasse

Roberto Amaral

Resumo

Com o predomínio das teorias econômicas e pensamento filosófico neoliberais, com a virada da esquerda para as práticas e pontos de vista socialdemocratas, esta, aqui e no exterior, nega seu projeto histórico, ou seja, superar o capitalismo ou mesmo torná-lo mais humano, quer pela imposição de regras às práticas do livre-mercado, quer pela simples intervenção estatal e políticas públicas distributivas. Diante dessas circunstâncias, para o autor o Brasil vive várias crises: a) crise dentro da esquerda, tanto internamente quanto externamente, ambas em evolução já há muitas décadas, apresentando difíceis problemas de natureza política e ideológica; crise no sistema de governo, em nossa forma democrática de governo, que começa com a distância entre o eleitor e seu representante, e termina com a vacuidade das organizações partidárias. Para que se entenda e se enfrente essa situação, 21 teses são apresentadas e discutidas, juntamente com a proposta de um novo Projeto Nacional.

Palavras-chave

Política brasileira, crise na esquerda, neoliberalismo, sistema político brasileiro

Abstract

With the rise of the neo-liberal economic theories and correspondent philosophical thought, with the turning or change of the Left to socialdemocratic practices and point of view, the latter, here and abroad, has denied its historic project, v.g. surpassing the capitalism or even making it more humane whether by imposing rules to the free-market distortions or by simple state intervention and distributive social policies. On account of this context, there are several crises: a) inside the Left, locally and internationally, both in evolution there are many years and precipitating many difficult ideological and political problems; b) inside the brazilian system of government, our so called democratic system, to begin with the distance between the elector and his representative and ending with the lack of consistence or programatic coherence inside the parties. To make people understand and cope with such a critical context, 21 theses are presented and discussed together with propositions for a new National Project.

Key words

Politics in Brazil, crisis on the Left, neo-liberalism, Brazil's political system.